

Trajetórias femininas: aspectos da prostituição em Florianópolis

PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

Mário Martins Viana Júnior
mario_ufc@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Ivonete Pereira concluiu o bacharelado e licenciatura em 1992 ao graduar-se em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Por essa mesma universidade cursou o Mestrado em História Social, resultando na pesquisa e elaboração da dissertação “As decaídas: mulheres do cotidiano de Florianópolis (1900-1940)”, que foi publicada na forma de livro em 2004 e sobre a qual nos detemos agora para elaboração desta resenha. Após o término de seu mestrado (1996), ingressou como professora colaboradora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e, no ano seguinte, passou ao quadro de magistério efetivo dessa mesma instituição. Em 2006, ainda lançando olhar para a cidade de Florianópolis, concluiu o Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), possuindo como tema de pesquisa o mesmo espaço e tempo, mas, agora, abordando outras problemáticas e focando outros sujeitos: crianças e adolescentes. Atualmente cursa o Pós-Doutorado na UFSC sob a orientação da professora Joana Maria Pedro, além de ser integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH).

A temática central do trabalho de Ivonete Pereira é a prostituição. Como recorte espacial-temporal ela escolhe a Florianópolis dos anos de 1900 a 1940 e elege como principais sujeitos aqueles envolvidos no âmbito do meretrício sejam eles/as os/as repressores e controladores, como policiais e autoridades públicas, ou os alvos dessa ação, como as “decaídas” (termo usado pelos primeiros para se referirem às mulheres prostitutas). Para tanto, recorre à forma narrativa e a temporalidade ao nível do cotidiano abordando documentação rica e diversa que nos remete aos relatórios e mensagens oficiais, crônicas e notícias de jornais até fontes de caráter criminal, além de entrevistas. Sistemáticamente, divide a sua obra em três capítulos.

No primeiro e mais longo deles (*Os odores da imoralidade*), Ivonete objetiva mostrar o “cenário” em que ocorrem as ações das personagens. Assim, é apresentada uma cidade sob o foco de projetos modernizadores que, contudo, esbarravam nos empecilhos cotidianos. Na dura realidade florianopolitana, a imagem idealizada de uma cidade orientada pelos moldes europeus acabava contrastando com a carência no oferecimento de serviços simples, tais como a coleta de



dejetos e o destino das fezes dos habitantes ou ainda o problema do abastecimento d'água. Nesse contexto de tentativa de implantação de projetos burgueses, as meretrizes surgem como os principais sujeitos que embarravam a tentativa de moralizar a cidade e, por esse motivo, tornam-se alvo da atenção discursiva de jornais, projetos políticos, entre outros. Surgiam as “mulheres desonestas”.

O que vai se configurando na escrita de Ivonete é um contexto heterogêneo em que as dificuldades materiais da cidade eram potencializadas pelos obstáculos morais. Nesse sentido, problemas como a implantação do sistema elétrico e de esgoto, além da pobreza e da fragilidade das casas e dos espaços para habitação, se misturavam em uma geografia confusa onde havia a tentativa constante do poder público de margear os pobres e delinquentes. Urbanizar e higienizar muitas vezes eram sinônimos de demolir, de expulsar moradores, ainda que tais processos não fossem homogêneos e tão pouco alcançassem seus objetivos. No centro, por exemplo, as camadas populares se faziam presentes. Os “incômodos” permaneciam. Eram eles os praticantes de jogos de azar, os carroceiros, a “rapaziada” (pichadores de época), os leiteiros, os donos/as de pensões, os padeiros, os donos/ de estabelecimentos comerciais, e muitos outros/as que, somados à prostituta, eram designados sob o epíteto de “desordeiros”.

Associado a eles, algumas expressões culturais eram apontadas como dilacerantes da imagem moderna e civilizada que se queria compor de Florianópolis. Assim, tanto o teatro e o cinema (de tendências vanguardistas), bem como o carnaval, as práticas seresteiras e, sobretudo, os bailes e as danças permaneciam como declarações de resistência ao projeto de modernização da capital. Em suma, era um desenho heterogêneo e “borrado” que, no entanto, se pretendia homogêneo e bem delineado pelas práticas discursivas, tal como aquelas operadas pelo saber médico.

É nesse sentido que Ivonete Pereira inicia o segundo capítulo: *Sífilis: o poder de um discurso*. Argumentando que as doenças são acompanhadas por conotações simbólicas, a sífilis aparece como uma moléstia privilegiada pelo saber médico florianopolitano, sendo compreendida pela autora como uma forma de poder usada por um grupo sobre outros. A sífilis era entendida como aspecto de “imoralidade” e degeneração social e não mais como pecado e castigo. Assim, paralelamente à repressão policial, os discursos médicos atuavam como armas no combate aos “desajustados”. Processo que seria intensificado na primeira metade do século XX e que resultaria na personificação da sífilis nas prostitutas marcando, desse modo, a singularidade daquela cidade: o foco do discurso médico era a doença e não a prostituição, mas, por extensão, acabava atingindo-a.

A construção da cidade era acompanhada da construção de medos em torno das doenças. Nesse sentido, a sífilis, vista como produto da prostituição, permitia a elaboração de uma



subjetividade do medo em relação ao “outro”, à doente, à transmissora da doença. Contudo, em um contexto de projetos burgueses em que a virgindade era valorada e a masculinidade se expressava na iniciação sexual dos homens com as “decaídas”, a prostituição assumia um caráter paradoxal. Ao mesmo tempo em que era um “mal necessário” (na sustentação da masculinidade) era um “mal a ser combatido” (como entrave a civilização citadina), encontrando na sífilis o seu principal argumento, na medida em que o seu combate implicava diretamente a tentativa de controle de aspectos da vida da população, do cotidiano das pessoas, das suas sexualidades. Isso podia ser visualizado, por exemplo, na importância dada ao combate à sífilis em detrimento da tuberculose. Esta última, naquele contexto, era muito mais nociva e incidente, mas pelo caráter moral da sífilis, permitindo o controle e a intervenção de forma mais direta na vida dos “atores sociais”, ela acabava tendo sua importância minimizada pelo discurso médico.

A prostituta, construída discursivamente, além de aglutinar as principais mazelas da cidade (loucura, alcoolismo e feitiçaria), aparecia como a própria doença, a sífilis, o que evidenciava, inclusive, uma “dupla moral” no tratamento da mesma de acordo com o sexo: eram as prostitutas os alvos das ações do poder público, enquanto que os homens eram as vítimas desse processo. Sendo a sífilis e a prostituição chagas morais antes que físicas, o olhar recaía sobre as mulheres e não sobre os homens. A doença se personificava em corpos femininos antes que masculinos permitindo a elucidação de papéis sociais “corretos” de acordo com o sexo e que evitassem problemas para os indivíduos, o que acabava configurando problemáticas de gênero. Nessa perspectiva, a prostituição surgia como uma forma de resistência aos papéis sociais e familiares pré-definidos e isso se dava através de sua dinamicidade.

Desse modo, a movimentação das meretrizes compondo tramas específicas na cidade de Florianópolis é a temática do terceiro capítulo, *Mulheres em trânsito: o inverso de uma imagem*. Nele, mais uma vez, são enfatizados os “atores” e os “cheiros” que compunham aquele “cenário” plural e fragmentado, sendo observados os “namorados”, os “bêbados” e os “feiticeiros” como elementos dissonantes do projeto civilizador que, juntamente com a prostituta, seriam desqualificados diante da idéia de posituação do trabalho, mas que assim como ervas daninhas, mesmo arrebatados, teimavam sempre em voltar, em permanecer.

Para observar essas formas de permanência, a autora se lança no observar das práticas cotidianas e elege como fonte principal os processos criminais. Em crimes envolvendo furtos e agressões são observados aspectos que faziam parte da vida das prostitutas como, por exemplo, as disputas de poderes existentes entre elas nas pensões (onde as cafetinas tinham importância singular) e mesmo na rua e o uso e o desuso que faziam da Justiça. Contudo, também são indicadas formas de tratamento as quais elas eram submetidas, como as agressões que sofriam e o descaso do poder público com essas situações de violência configurando uma marginalização



dessas mulheres que, mesmo assim, teimavam em circular na área central, nos espaços em que os acessos lhes eram proibidos: como cobras e camaleões engendravam uma cartografia da resistência, (re)traçada por Ivonete através da reconstituição e entrelaçamento dos passos e atitudes das “decaídas”.

Em suma, as mulheres pesquisadas por Ivonete circulavam burlando o sistema e se movimentavam criando estratégias de sobrevivência diante da exploração das donas de pensões, das intrigas, dos ciúmes dos amantes, das pressões feitas pela vizinhança, pela polícia e por outras autoridades públicas e de muitas outras situações difíceis. Movimentação esta que tentava ser negava e minimizada pelas autoridades locais através da qualificação que faziam dessas mulheres: eram elas as decaídas, isto é, as que caíram, que foram inferiorizadas e que ocupam um segmento inferior, mas também aquelas enfraquecidas, que tinham sua movimentação diminuída pouco a pouco.

A dissertação que deu origem a esse livro foi produzida nos anos 90, momento de forte influência dos escritos de Michel Foucault. Desde a década de oitenta os trabalhos daquele filósofo vinham marcando as preocupações dos/as historiadores brasileiros. Contudo, nesse decênio a maioria dos escritos compartilhava com uma leitura de Foucault preocupada em torno das construções operadas pelos discursos. Era o trabalho arqueológico apontando as “posições-de-sujeitos”, as “modalidades de enunciação” e tratando muito pouco das razões que levavam os indivíduos a ocuparem certas posições, o que, entretanto, foi ampliado com as preocupações em torno do “poder” a partir do método genealógico.

Nessa esteira, os inúmeros trabalhos que marcaram os anos 80 e mesmo o início da década de 90 indicavam uma enorme preocupação sobre os processos disciplinadores (saber e poder conjugados) pelos quais passaram algumas cidades brasileiras no período que ficou conhecido como *Belle Époque*, isto é, da segunda metade do século XIX ao início do XX, aonde a modernização e a civilização eram palavras de ordem. Contudo, de forma panorâmica, um limite que tocava esses trabalhos era a ausência de preocupação com as formas de resistência engendradas pelos indivíduos diante dos discursos.

É justamente diante dessa crítica que ganham cada vez mais espaço aqueles trabalhos oriundos da História Social, sobretudo, da matriz inglesa, tendo em historiadores como Edward Palmer Thompson seus principais expoentes. Thompson ao apontar o “termo ausente” em Marx, a “experiência”, dava alicerces para que os historiadores brasileiros pensassem múltiplas formas de resistência colocadas em práticas pelos indivíduos que, na vertente social, seriam “sujeitos” ao invés de “personagens”.

Para nós, o livro de Ivonete aparece imbricado nesse movimento, sendo difícil operar um “enquadramento” da obra. Ainda que cite Thompson, o faz de forma muito pontual. E sua



escolha por fazer uma História Social com base em Michel Foucault nos pareceu, em um primeiro momento, paradoxal. Contudo, ao lermos seu texto a confusão realizada *a priori* se desfaz. Assumindo uma postura arriscada, ela mescla a materialidade cara à história social (os sujeitos de “carne e osso”) com os discursos salientados pela vertente cultural (os sujeitos enquanto “construções discursivas”) e tem ciência da impossibilidade de se chegar ao que “realmente aconteceu”, sendo a operação histórica sempre parcial e fragmentada, aspecto defendido por alguns autores da história social e severamente criticado por vários historiadores (Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Dessa forma seu trabalho nos parece também como um elemento de superação de problemas concernentes à escrita da história na medida em que ela, inclusive, faz uma leitura diferenciada de duas obras de Foucault. Enquanto muitos viam em *Vigiar e Punir* e *A história da sexualidade I* apenas modos de submissão do indivíduo e super eficácia do poder disciplinador, Ivonete as observava também como formas para se pensar as resistências, as disparidades engendradas pelas “decaídas”. Aspectos que para Stuart Hall (2003), por exemplo, só seriam possíveis de serem observados na mudança dos últimos trabalhos de Michel Foucault, no fim dos anos 90.

Quanto à “questão das mulheres”, a dissertação de Ivonete Pereira vem em um bojo de discussão tanto nacional (SOIHET, 1989; RAGO, 1985) como internacional (PERROT, 1992; DAVIS, 1997) que tentava desvelar a participação feminina nos processos históricos, buscando seus registros *nas margens*, nas entrelinhas e nas minúcias da vida cotidiana dos sujeitos, visto que as mulheres escolhidas eram aquelas do povo e que tinham suas experiências ocultadas pelos antigos procedimentos das ciências humanas, sendo em sua maioria trabalhadoras e pobres (ESTEVES, 1989; FONSECA, 1997; SOIHET, 1997).

A importância desses trabalhos foi de uma enorme relevância. Contudo, é necessário que façamos aqui uma observação. De fato muitas foram as mulheres exploradas e postas às margens na História, como bem nos aponta o trabalho de Ivonete. Sofreram violência física, violência psicológica, entre várias outras formas de agressão e exclusão. Foram postas à margem. E de fato não queremos negar essas experiências.

Todavia, ao dar preferência a esses modos de vida, a historiografia de gênero e das mulheres, bem como o trabalho de Ivonete aí inserido e tomado de forma conjunta, incorre no risco de configurar uma imagem e um associativismo simplório. As mulheres, nesses estudos, sempre seriam associadas a situações de exploração, de carestia, sofrimento e marginalização. São *meninas perdidas*, *mulheres decaídas* que apontam para uma *condição feminina*. Entretanto, nem sempre eram essas as histórias das mulheres.



De forma alternativa, uma vertente historiográfica não preferencial que procura afirmar seu espaço desde o final dos anos 90 busca trabalhar com o estudo e a pesquisa das *heroínas* (SAMARA, 2003), isto é, das mulheres com destaque na cena pública, acreditando na possibilidade de um melhor entendimento das relações de gênero. Historiadoras como Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina de Novaes Marques (2001) que, seguindo os apontamentos de Maria Beatriz Nizza da Silva (1996), buscam perceber maneiras plurais de relacionamento, rompendo com mitos e estereótipos alicerçados no sistema patriarcalista da família brasileira e entendendo e evidenciando outros modos de participação das mulheres na movimentação histórica. Assim, é necessário que mantenhamos a amplitude de nosso olhar para a diversidade das formas de atuação dos sujeitos.

Um aspecto importante que marca a singularidade e a riqueza do trabalho é a história comparativa traçada pela autora. Pouco a pouco, de forma gradual e bem distribuída pelo texto ela vai marcando as especificidades e semelhanças da cidade de Florianópolis em relação a outras cidades do Brasil. Conseguimos identificar pelo menos oito pontos em que esse procedimento é utilizado como, por exemplo, na constatação do “enclausuramento da mulher burguesa carioca e florianopolitana”.

Outro elemento que nos chamou atenção e que mereceria um maior aprofundamento seria o descaso do poder público em relação às agressões sofridas por mulheres. Os argumentos para tal situação de abandono estariam, entre outros, no fato dos poderes legislativo, judiciário e policial serem exercidos por homens. Mas como eram tratados os casos contrários? As mulheres eram punidas quando agrediam os homens? Será que a inferioridade atribuída às mulheres pelos discursos dos homens não as beneficiariam nesses momentos de inversão? Na cidade de Fortaleza, por exemplo, ao pesquisarmos as agressões sofridas por homens, observamos que todas as agressoras foram absolvidas ou tiveram suas penas minimizadas por serem mulheres. Era aquilo que denominamos de “a positividade da negatividade”, isto é, as mulheres, e seus advogados, se apropriavam dos discursos negativos que recaíam sobre elas para que pudessem exercer um aspecto positivo, a liberdade (VIANA JÚNIOR, 2007).

Um último ponto e um dos quais mais nos inquietaram trata da metáfora escolhida pela autora para desenvolver sua obra. Na história contada por ela haveria palco e personagens, atores, ainda que sociais, mas atores que remeteriam ao mundo do teatro. Mesmo que ela deixe claro que esses atores, na maioria das vezes atrizes, rompiam com os papéis que lhes eram atribuídos há o risco de se pensar a história como previsível, como um roteiro a ser cumprido ou como uma peça teatralizada.

Talvez uma aproximação menos arriscada com o campo das artes ocorresse mediante uma analogia da história com a dança contemporânea. Esta, surgida e caracterizada pela aversão



às regras rígidas da dança clássica não se recusaria ao contato com as outras artes, tal como a história no diálogo com outras disciplinas. Recusando tabus e barreiras, teria, claro, seu estilo próprio que, ao mesmo tempo, seria uno e múltiplo. Ao invés de “atores”, que apontariam para papéis previamente estabelecidos, teríamos assim dançarinos, ou melhor, dançarinas com suas inúmeras e imprevisíveis maneiras de ver, sentir e perceber o mundo. “Decaídas”, entendidas aqui como dançarinas históricas, que teriam na improvisação e nas “mil maneiras de fazer”, como afirmou Certeau, as formas plurais de condução de suas vidas. Mulheres cuja mobilidade, mesmo diante de movimentos mais bruscos e violentos, como aqueles tão arriscados da dança contemporânea, expressariam a riqueza e a beleza da história ao invés de uma mobilidade marcada pela simples busca da sobrevivência. Certamente, como afirma Ivonete, elas “sobreviviam”, ou melhor, “sobre-viviam” na carestia material e nas dificuldades cotidianas, mas ali elas também viviam, inventavam e reinventavam formas de viver. Na dança imprevisível da História, elas viviam e não apenas “sobre-viviam”.

Referências:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Edusc, 2007.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Paz e Terra, 1989.
- FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary del. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 510-553.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, T. C. N. . A Partilhada Riqueza na Ordem Patriarcal. *Revista de Economia Contemporânea*. RJ, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2001.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, Paz e Terra, 1985.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. SP: EDUSC, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, v. 9, n 1-2, jan./dez, Rio de Janeiro, 1996.



SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: A. L. Negro e S. Silva (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Editora da Unicamp, 2001.

VIANA JÚNIOR, Mário Martins. *MULHERES AGRESSORAS, MAS LIVRES: um estudo das relações de gênero na Fortaleza de 1920-30*. In: Anais do VII Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa -Mundo UNIFOR: Educação e capital social, 2007.

